



Gestores 'fogem' do sector p

Remunerações reduzidas, cortes em benefícios como carros e cartões de crédito, e maior responsabilidade de gestão estão a dificultar o processo de nomeação de corpos sociais no Sector Empresarial do Esta

TÁLIA FERREIRA*
talia.ferreira@sol.pt

A CONTRATAÇÃO de gestores para as administrações do Sector Empresarial do Estado (SEE) e de reguladores está a ser uma 'dor de cabeça' para o Governo, apurou a SOL. Remunerações pouco aliciantes e responsabilização pessoal sobre actos de gestão de empresas altamente endividadas e com 'heranças' pesadas estão entre os factores que estão a afastar os gestores profissionais do sector público.

O início da nova vaga de nomeações no universo estatal deverá ganhar nova força após a promulgação do novo *Estatuto do Gestor Público* pelo Presidente da República. Aprovado na semana passada em Conselho de Ministros, o novo regime entra em vigor no início de 2012.

O secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino, anunciou um tecto salarial – com excepções (ver caixa)

– de 5.300 euros, equivalente à remuneração do primeiro-ministro, cortes na utilização do cartão de crédito, fim da opção de compra de viaturas de serviço afectas aos gestores, e impossibilidade da acumulação de salários e pensões. Por outro lado, os gestores estarão sujeitos a um contrato de gestão que «prevê a

possibilidade de demissão [do gestor] se os critérios não forem cumpridos».

O Governo mantém a intenção de recrutar gestores com currículos fortes em termos académicos e profissionais, mas não tem grande margem negocial. E tem recorrido aos serviços de empresas de *head-hunting* (caça-

talentos), mas sem grande sucesso.

Além dos limites salariais e da redução de benefícios, as principais barreiras à contratação de futuros gestores são, nomeadamente, a degradada situação financeira das empresas e uma maior responsabilização das decisões. Por exemplo, terão de responder legalmente por todos os

financiamentos que assumam sem autorização prévia das Finanças. «Até ao final do ano vamos criar legislação para reforçar o controlo dos compromissos financeiros do SEE», anunciou esta semana Vítor Gaspar. O ministro das Finanças, em conferência de imprensa, deixou claro que «se não

As excepções passam a regra?

BOA parte da população indignou-se quando os salários dos gestores públicos foram publicados na comunicação social. A limitação da remuneração a um máximo de 5.300 euros visa a poupança de recursos públicos, mas tem essencialmente um carácter simbólico. O Governo tenta, assim, dar o exemplo de poupança, do topo da hierarquia aos escalões mais baixos.

CGD E TAP Excepções visam as empresas com os maiores salários

Contudo, adivinham-se algumas dificuldades, segundo Pedro Rebelo de Sousa, presidente do Instituto Português de Corporate Governance. Tudo porque o Governo excluirá

deste limite salarial «as empresas que fornecem bens e serviços em concorrência», segundo o secretário de Estado da Administração Pública, Hélder Rosalino. Rebelo de Sousa teme que «sejam mais as excepções do que a regra» (ver entrevista).

O Governo ainda não anunciou a lista de excepções, mas revelou que os administradores da TAP e da Caixa Geral

de Depósitos (CGD) terão autorização das Finanças para auferirem salários mais altos. É precisamente nestas empresas que os salários são já mais elevados: o presidente da TAP auferia 420 mil euros por ano e o CEO da CGD recebe 270 mil euros anuais.

O Governo espera poupar cinco milhões de euros anuais com as limitações.

FP.



Procuram-se administradores

Textos de FREDERICO PINHEIRO

AS SUBSTITUIÇÕES ESTÃO FEITAS NAS EMPRESAS QUE MOVIMENTAM MAIS CAPITAL E QUE SÃO ESTRATÉGICAS. NOMES LIGADOS AO GOVERNO LIDERAM AS NOMEAÇÕES

JÁ SOFRERAM ALGUMAS BAIXAS. COM MAIS UMA SAÍDA NA ADMINISTRAÇÃO, PERDEM O PODER DE TOMAR DECISÕES

Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal

Durou cinco meses a luta pelo poder na AI-CEP, entre Passos Coelho e Paulo Portas. Passos saiu vencedor e nomeou Pedro Reis, seu antigo conselheiro, para dirigir a entidade. O antecessor, Basílio Horta, demitiu-se em Junho para ser deputado socialista.

Caixa Geral de Depósitos

O Governo nomeou a nova gestão do banco em Julho. O ex-CEO, Faria de Oliveira, passou a *chairman*, e José de Matos, ex-quadro do Banco de Portugal, assumiu a presidência executiva. A indicação do social-democrata Nogueira Leite (vice-presidente) e de Rui Machete, ex-SLN (dona do BPN) para a AG foram polémicas.

Galp

A posição do Estado na empresa apenas lhe confere o direito de indicar o *chairman*. Murteira Nabo vai abandonar o cargo, e o fundador do CDS-PP e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros do Governo de José Sócrates, Freitas do Amaral, deverá assumir o lugar. A manutenção do CEO Ferreira de Oliveira está nas mãos dos accionistas.

Parque Expo

A gestora de infra-estruturas como o Pavilhão Atlântico ou o Oceanário vai ser extinta, mas a ministra Assunção Cristas nomeou uma nova administração. Rolando Borges, cujo mandato terminou em 2010, foi substituído na presidência por John Antunes, membro da comissão de honra da candidatura por Leiria de Assunção Cristas.

CTT

Os 'correios' estão no limite de membros da administração necessários para haver quórum, depois de sofrerem duas baixas, devido à demissão do presidente, Mata da Costa, e do administrador Marcos Baptista. «A presidência em exercício não é prejudicada pela actual situação», diz fonte oficial. Pedro Coelho assume a presidência interina.

Estradas de Portugal

A gestora conta com três dos cinco administradores. Almerindo Marques, ex-presidente, foi para a construtora Opway, em Abril. Não foi a indefinição que provocou a saída – o mandato apenas termina em 2012 –, mas um salário mais alto. «A administração assegura o cumprimento da sua missão», diz fonte da empresa.

Transtejo

A transportadora fluvial, apesar de contar com apenas dois dos três administradores, garante ao SOL que «até nova nomeação, os actuais gestores irão continuar em funções». O presidente, João Pintassilgo, continua ao leme da empresa. A Transtejo será fundida com a Soflusa e a sua operação concessionada.



úblico

zação pessoal e legal pelos actos do e reguladores

forem válidos, os financiamentos não serão pagos pelo Estado e os gestores terão de responder legalmente».

A questão da nomeação de gestores públicos é urgente para o Executivo, porque há várias entidades do universo estatal que estão, neste momento, sem administração ou, pelo menos, sem o número suficiente de membros nas equipas de gestão que permita quórum – o que leva, nalguns casos, à paralisação das entidades (ver infografia).

Há ainda outras entidades que, apesar de ainda terem a maioria dos administradores em funções, enfrentam o risco de alguns membros saírem, afectando as tomadas de decisão operacionais.

Estas situações têm vindo a agravar-se nos últimos meses, devido ao facto de muitos dos conselhos de administração terem terminado os mandatos no final de 2010 e de não terem sido nomeados novos órgãos sociais.

O presidente demissionário da

HOSPITAIS

Esta semana, o Governo nomeou os corpos sociais de várias entidades hospitalares

PORTOS

Por definir está igualmente a situação da liderança de seis portos portugueses, cujos mandatos já chegaram ao fim

Águas de Portugal, Pedro Serra, assumiu publicamente que existe, actualmente, «um ambiente de intranquilidade» no SEE. E a incerteza quanto à continuidade de alguns dos gestores que estão nestas condições tem vindo a precipitar saídas, como aconteceu, por exemplo, esta semana com a demissão de João Confraria da vice-presidência do regulador do sector aéreo, o INAC.

* com Frederico Pinheiro



7 PERGUNTAS A:

PEDRO REBELO DE SOUSA

Presidente Instituto Português de Corporate Governance

«Limitação pode prejudicar muito a contratação»

O PRESIDENTE do Instituto Português de Corporate Governance, que aborda as questões relacionadas com a governação nas empresas, defende que os salários dos gestores devam estar indexados aos resultados obtidos e que as contratações para o sector público deveriam ser validadas por uma entidade independente. As novas regras dificultarão a contratação de administradores, pois os gestores dispostos a abdicarem de parte do salário para cumprirem a 'missão' de serviço público «são, naturalmente, a excepção».



ANTÓNIO PEDRO SANTOS

OPTIMIZAR

Para Rebelo de Sousa, os salários dos gestores devem estar indexados ao seu desempenho. Nomeações devem ser validadas por entidade independente

A limitação dos salários dos gestores públicos pode dificultar a contratação de pessoas para o Estado?

Claro que sim, pode prejudicar, e muito. Os efeitos são uma gestão mediocre, que por sua vez gera resultados medíocres e vice-versa.

Então acredita que esta decisão possa afectar os resultados obtidos...

Obviamente. Porém, haverá que ter em conta que muitas empresas de serviço público não podem ser rentáveis pela própria natureza do mercado em que se inserem e do serviço que prestam, pelo que, nesses casos, um bom resultado será alcançar défices baixos.

Ainda há gestores dispostos

a abdicar de parte da remuneração pela 'missão' de cumprir serviço público?

Acredito que esses casos serão, naturalmente, a excepção.

A não distribuição de prémios às administrações também criará dificuldades para atrair gestores qualificados?

Naturalmente que esse é um parâmetro que prejudicará ainda mais a contratação de gestores qualificados.

Como qualifica a formação de gestores em Portugal?

Diria que nas gerações dos 40/50 anos a formação está ao nível dos internacionais. Contudo, temos em Portugal pessoas portadoras de MBA's (Master of Business Administration – formação por excelência para os futuros gestores de empresas) de classe internacional em todas as gerações.

Que medidas adicionais podem ser tomadas para aumentar a qualidade na contratação de gestores públicos?

Há dois aspectos fundamentais. Por um lado, é essencial indexar a compensação salarial ao desempenho obtido pelos gestores. Por outro, tal como acontece no Reino Unido, a validação do processo de contratação deve ser feita por uma entidade independente.

O Governo pretende excluir da limitação salarial os sectores concorrenciais. Será fácil efectuar esta separação?

Creio que, com algum bom senso – e face à onda de reprivatizações –, é possível efectuar essa separação, mas em alguns casos tal não será possível. E há o risco de serem mais as administrações abrangidas pela regra de excepção do que as empresas que sofrerão limitações nos salários.

FP.

SE MANDATO EXPIROU, ADMINISTRADORES NÃO DEVERÃO SAIR ATÉ ÀS NOMEAÇÕES

ANA – Aeroportos de Portugal

A 'dona' dos aeroportos portugueses tem Guilhermino Rodrigues a pilotar os seus destinos. Tal como todos os elementos da administração, o antigo governante socialista não tem intenções de abandonar o cargo até nova nomeação.

Anacom

Todos os administradores do regulador das telecomunicações estão ainda em funções e assim deverão continuar. «Todos os cinco elementos deverão manter-se em funções até serem nomeados os novos membros», sublinha fonte oficial. O presidente, Amado da Silva, está impedido pela lei de renovar o seu mandato.

IAPMEI

O mandato da administração do Instituto de Apoio às PME e ao Investimento expirou no final de 2010 e, como tal, o presidente Filipe Costa apenas tem tomado decisões relacionadas com a gestão corrente. O IAPMEI esteve em vias de ser fundido com a AICEP, mas tal reforma não avançou. Quatro dos cinco administradores iniciais continuam em funções.

Metro do Porto

A Junta Metropolitana do Porto, liderada por Rui Rio, protestou contra o atraso na indicação de um novo presidente para a empresa pública. O actual presidente, Ricardo Fonseca, não está disponível para continuar. A tutela deixou Rio, tal como todas as outras empresas, sem resposta. Dois dos sete administradores já saíram.

Águas de Portugal

O conselho de administração da empresa a privatizar ficará impossibilitado de tomar decisões, devido à demissão de Pedro Serra e de mais dois administradores. O board, que conta com seis dos sete administradores, contará apenas com três no fim do mês. Este foi o prazo dado por Pedro Serra para a indicação de uma nova gestão.

Instituto Nacional da Aviação Civil

Em Janeiro, o presidente, Fonseca de Almeida, voou para Paris para assumir funções na Organização Internacional da Aviação Civil. À sua saída juntou-se a de outro administrador e, entretanto, o vice-presidente, João Confraria, demitiu-se. O board tem um elemento, que não pode tomar decisões.

Navegação Aérea de Portugal

As reuniões da administração são exercícios introspectivos do administrador Santiago Freitas, pois a NAV tem no seu board, desde Julho, um elemento, dos cinco iniciais. Fonte oficial garante «que a segurança do tráfego aéreo está assegurada». O presidente, Pereira Luís, demitiu-se em Novembro de 2010.

EMPRESAS ESTÃO IMPEDIDAS DE TOMAR DECISÕES, POIS AS ADMINISTRAÇÕES NÃO REUNEM QUÓRUM. ESTÃO PRATICAMENTE PARALISADAS



Gestores em fuga do sector público

COM salários reduzidos, cortes em benefícios como carros ou cartões de crédito e maior responsabilização legal pelos actos de gestão, o processo de nomeação de gestores para o Sector Empresarial do Estado está a ser difícil. Ainda assim, as excepções para os limites salariais - em empresas que trabalham em concorrência - trazem vantagens aos gestores públicos em vários sectores. ■ PÁGS. 12 E 13